



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 50/2024 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova o Regulamento do Programa de Educação Tutorial Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – PETi IFAP.

A PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo nº 23228.001045.2024-18 e as deliberações na 64ª reunião ordinária do Conselho Superior,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Programa de Educação Tutorial Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – PETi IFAP.

Art. 2º Esta resolução entrar em vigor a partir da data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

- Juliana Eveline dos Santos Farias, Presidente do Consup em exercício - PRES. CONSCD01 - CONSUP, em 01/07/2024 11:46:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/06/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 94084

Código de Autenticação: b6f432ab65



**REGULAMENTO DO
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL INSTITUCIONAL
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAPÁ – PETi IFAP**

2024

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá tem como:

Missão

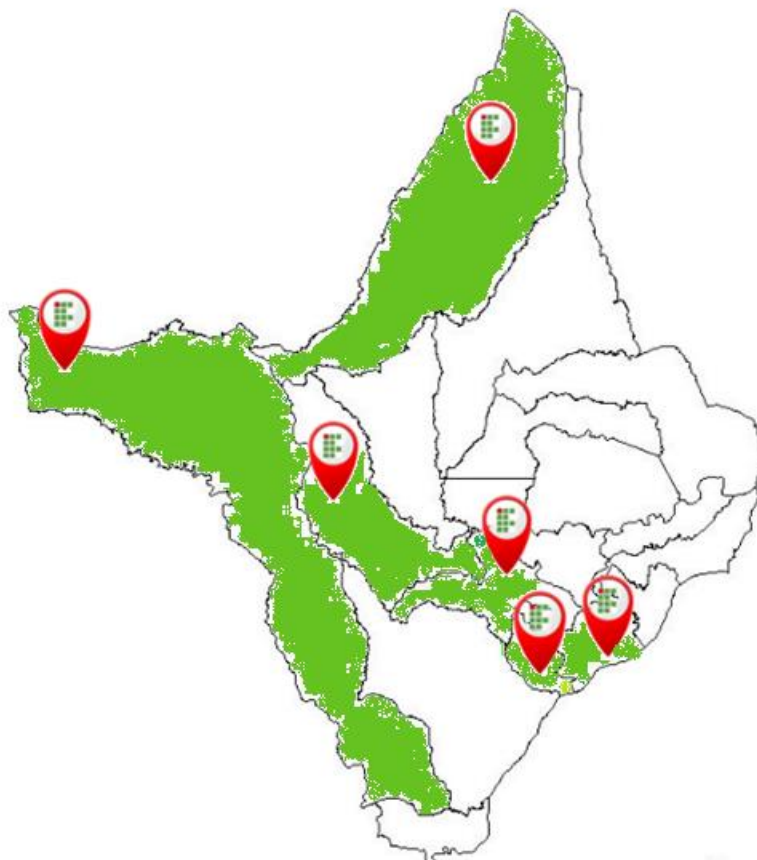
“Transformar vidas por meio da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, garantindo a formação integral e verticalizada”

Visão

“Ser referência na promoção da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pública, gratuita, sustentável e de qualidade na região amazônica”

Valores

*“Excelência acadêmica; Inclusão e diversidade; Transparência e gestão democrática;
Eficiência governamental; Integridade e ética; Desenvolvimento sustentável;
Responsabilidade social; Cultura organizacional e clima organizacional;
Conservação da biodiversidade”*



**COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE REGULAMENTO,
CONFORME A PORTARIA Nº 964/2024 - GAB/RE/IFAP**

Cristina Coutinho de Oliveira
Presidente da Comissão

Julia Milena da Paixão Oliveira
Pró-Reitoria de Ensino

Helington Franzotti Araujo de Souza
Pró-Reitoria de Ensino

Alyne Cristina Sodré Lima
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura, Arte e Desporto

Willians Lopes de Almeida
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Ana Lis Pimentel Brilhante
Campus Laranjal do Jari

Givanilce Socorro Dias da Silva
Campus Santana

Simião Mendes Carneiro
Campus Avançado Oiapoque

Cassyo Lima Santos
Campus Agrícola Porto Grande

Hilton Prado de Castro Junior
Campus Macapá

CRISTINA COUTINHO DE OLIVEIRA
Pró-Reitora de Ensino do IFAP
Portaria nº 213/2024/GAB/RE/IFAP

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	4
CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS.....	4
CAPÍTULO III - DA ABRANGÊNCIA.....	5
CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	5
CAPÍTULO V - DA PROEN.....	6
CAPÍTULO VI - DOS GESTORES E SETORES DOS CAMPI.....	7
CAPÍTULO VII - DO INTERLOCUTOR.....	8
CAPÍTULO VIII - DO CLAA.....	8
CAPÍTULO IX - DO COORDENADOR E COLEGIADO DE CURSO.....	10
CAPÍTULO X - DO PROFESSOR TUTOR.....	10
CAPÍTULO XI - DO DISCENTE.....	12
CAPÍTULO XII - DA AVALIAÇÃO DOS GRUPOS PETi E DOS TUTORES.....	13
CAPÍTULO XIII - DOS PROCESSOS SELETIVOS.....	14
CAPÍTULO XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	17

**REGULAMENTO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL INSTITUCIONAL
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO IFAP –
PETi IFAP**

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Programa de Educação Tutorial (PET) reger-se-á pelo disposto na Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, e pela Portaria Nº 976, de 27 de julho de 2010, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis.

Art. 2º O Programa de Educação Tutorial Institucional (PETi) constitui-se em programa de educação tutorial desenvolvido em grupos organizados a partir de cursos de graduação das instituições de ensino superior do país, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 3º O PETi tem como objetivos:

- I. desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade e excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar;
- II. contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos estudantes dos cursos de graduação;
- III. estimular a formação de profissionais com elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica;
- IV. formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país;
- V. estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior;
- VI. propiciar o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas nos cursos;
- VII. contribuir para a consolidação e a difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação;
- VIII. contribuir com a política de diversidade e de inclusão na instituição, por meio de ações afirmativas em defesa da melhoria da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero.

§ 1º Os grupos PET serão criados conforme processo de seleção definido em edital da Secretaria de

Educação Superior - SESu do Ministério da Educação.

§ 2º A expansão dos grupos PET deverá estimular a vinculação dos novos grupos às áreas prioritárias e à políticas públicas e de desenvolvimento, assim como a correção de desigualdades regionais e a interiorização do programa.

§ 3º Os grupos PET devem ser vinculados à Pró-Reitoria de Ensino (Proen), sem prejuízo do envolvimento das Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO III - DA ABRANGÊNCIA

Art. 4º O PETi poderá ter as seguintes abrangências:

- a) interdisciplinar, quando o grupo possibilita a participação de estudantes pertencentes a um conjunto de cursos de graduação, que se articula institucionalmente ou em grandes áreas do conhecimento definidas pelo CNPq; e/ou
- b) curso específico, quando o grupo possibilita a participação de estudantes pertencentes a determinado curso de graduação.

CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 5º O PETi organizar-se-á academicamente a partir das formações em nível de graduação, mediante a constituição de grupos de estudantes de graduação, sob a orientação de um professor tutor.

§ 1º O grupo PETi deverá realizar atividades que possibilitem uma formação acadêmica ampla aos estudantes e que envolvam ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º Os grupos PETi deverão contribuir para a implementação de políticas públicas e de desenvolvimento em sua área de atuação, sendo que esta contribuição será considerada por ocasião das avaliações periódicas.

§ 3º O número mínimo para o funcionamento do grupo PETi será de quatro bolsistas.

§ 4º O aumento da quantidade de bolsas concedidas pelo grupo PETi será feito a partir de justificativa encaminhada pelo professor tutor ao Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA) do Ifap e estará condicionada à avaliação positiva do grupo por este comitê.

§ 5º A implementação das novas bolsas dos grupos PETi em expansão será efetuada somente após a homologação do processo por parte da instituição e sua autorização pelo MEC.

§ 6º A Proen deverá aprovar o planejamento das atividades dos grupos em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e das formações em nível de graduação e acompanhar a sua realização.

Art. 6º A estrutura organizacional do PETi será composta pela Proen, Direção-Geral (Diger), Diretorias e Departamentos de Ensino (Diren/Den) e Coordenações de Gerenciamento do Ensino (Cogen), ou equivalente nos *campi*, Interlocutor PETi, CLAA, tutores e estudantes (bolsistas/não bolsistas).

Art. 7º O CLAA do PETi será instituído pelo Reitor e será composto por tutores e integrantes discentes do PETi e por membros indicados pela Proen, incluindo o interlocutor.

§ 1º A representação da administração do Ifap poderá incluir representantes da Proen, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pró-Reitoria de Extensão, coordenadores de curso, chefes de departamentos ou órgãos equivalentes, não podendo a representação da administração do Ifap ser inferior à soma dos tutores e integrantes discentes do PETi.

§ 2º A Proen deverá instituir a suplência dos representantes do CLAA.

§ 3º A Proen designará um interlocutor do PETi para apoiar administrativamente os grupos e representá-los institucionalmente junto à SESu e que acumulará a função de presidente do CLAA.

CAPÍTULO V - DA PROEN

Art. 8º Compete à Proen:

- I. gerenciar o(s) grupo(s) implantado(s) no Ifap;
- II. designar um interlocutor para apoiar administrativamente os grupos;
- III. indicar o responsável pelo apoio administrativo do Programa;
- IV. apoiar a programação acadêmica a ser desenvolvida pelo(s) grupo(s);

- V. constituir o CLAA para acompanhamento e avaliação do(s) grupo(s) PETi;
- VI. orientar, por meio do CLAA PETi, os grupos e demais órgãos da Instituição em relação às normas do Programa e à elaboração de relatórios e outras atividades compromissadas com a SESu;
- VII. elaborar relação de despesas e encaminhar ao órgão competente da IES para fins de repasse do pagamento;
- VIII. promover a substituição de tutores que não tenham desempenhado as suas funções de forma satisfatória, conforme avaliação por normas estabelecidas pela Comissão Nacional de Acompanhamento e Avaliação PETi;
- IX. zelar pelo cumprimento das normas/atribuições do Programa relativas ao curso de graduação, tutor e bolsistas;
- X. homologar a seleção e substituição de tutores e de bolsistas, o planejamento e relatórios de atividades;
- XI. propor a extinção de grupos por insuficiência de desempenho, após a realização de processo avaliativo pelo CLAA;
- XII. substituir tutores que não tenham desempenho satisfatório, conforme normas estabelecidas.

Art. 9º Compete à Pró-Reitoria de Pesquisa e a Pró-Reitoria de Extensão, e as suas respectivas representações nos *campi*, apoiar as atividades do PETi.

CAPÍTULO VI - DOS GESTORES E SETORES DOS CAMPI

Art. 10º Compete à Direção Geral, ao Diretor/Chefe de Departamento de Ensino e a Cogens ou equivalente dos *campi*:

- I. apoiar tática, estratégica, financeira e operacionalmente a execução de atividades do grupo;
- II. auxiliar na comunicação, divulgação do grupo e suas atividades no site institucional do PETi;
- III. disponibilizar, organizar e manter espaço com computadores e demais materiais pertinentes para uso dos estudantes integrantes e o desenvolvimento de atividades do grupo;
- IV. providenciar a certificação das atividades do grupo e de seus integrantes;

- V. possibilitar a participação do tutor e dos integrantes discentes no Encontro Nacional dos Grupos PETi (Enapet);
- VI. oportunizar as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades do PETi;
- VII. estimular a interação crítica do grupo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- VIII. colaborar na discussão do planejamento e do relatório de atividades do grupo, respeitando sua autonomia;
- IX. acompanhar a avaliação do grupo;
- X. comunicar ao CLAA o desligamento de estudantes e tutores.

CAPÍTULO VII - DO INTERLOCUTOR

Art. 11º Compete ao Interlocutor:

- I. comunicar-se com a Proen e os *campi*, intermediando os assuntos administrativos referentes ao PETi;
- II. convocar reuniões do CLAA, na condição de presidente;
- III. Solicitar a troca de tutores que não tenham desempenho satisfatório, conforme as normas estabelecidas.
- IV. promover a interlocução entre a Proen e os *campi* nas ações administrativas do PETi.

Art. 12º O interlocutor do PETi poderá ser substituído por decisão da Proen.

CAPÍTULO VIII - DO CLAA

Art. 13º Compete ao CLAA:

- I. acompanhar e avaliar o desempenho dos grupos PETi e dos professores tutores;
- II. zelar pela qualidade e inovação acadêmica do PETi e pela garantia do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- III. apoiar institucionalmente as atividades dos grupos PETi;
- IV. receber e avaliar os planejamentos e relatórios anuais dos grupos PETi;
- V. verificar a coerência da proposta de trabalho e dos relatórios com o Projeto

- Pedagógico Institucional e com as políticas e ações para redução da evasão e insucesso nas formações em nível de graduação do Ifap;
- VI. referendar os processos de seleção e de desligamento de integrantes discentes dos grupos, por proposta do professor tutor;
 - VII. analisar e aprovar os processos de seleção e de desligamento de tutores, bem como sugerir à Comissão de Avaliação, a substituição de tutores e emitir parecer sobre a extinção de grupos;
 - VIII. elaborar o relatório institucional consolidado e encaminhá-lo à SESu, com prévia aprovação do Comitê de Políticas Educacionais do Ifap;
 - IX. propor à Comissão de Avaliação critérios e procedimentos adicionais para o acompanhamento e a avaliação dos grupos PETi da IES;
 - X. propor estudos e programas para o aprimoramento das atividades dos grupos PETi do Ifap;
 - XI. organizar dados e informações relativas ao PETi e emitir pareceres por solicitação da Comissão de Avaliação;
 - XII. elaborar relatórios de natureza geral ou específica;
 - XIII. coordenar o acompanhamento e a avaliação anual dos grupos, de acordo com as diretrizes do programa e seus critérios e instrumentos de avaliação definidos no Manual de Orientações Básicas; e
 - XIV. homologar os Planos de Trabalho e os Relatórios dos Grupos PETi previamente aprovados pela Pró-Reitoria de Ensino.

Art. 14º O CLAA realizará o acompanhamento anual das atividades dos grupos por meio de entrevistas com o tutor, com os bolsistas/não bolsistas e com o(s) coordenador(es) do(s) curso(s).

Art. 15º Após entrevistas com o tutor, com os bolsistas/não bolsistas e com o(s) coordenador(es) do(s) curso(s), o CLAA deverá elaborar um parecer que será enviado à Proen e aos entrevistados, contendo eventuais sugestões para a melhoria e/ou aperfeiçoamento do programa.

Art. 16º Demais ações do CLAA seguirão normas contidas em regulamento próprio ou em Instruções Normativas (IN) da Proen.

CAPÍTULO IX - DO COORDENADOR E DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 17º Compete ao Coordenador e ao Colegiado de Curso:

- I. colaborar na discussão do planejamento de atividades do grupo;
- II. estimular a interação crítica do grupo com o PPC;
- III. acompanhar a auto-avaliação do grupo, enriquecendo a discussão do grupo através da visão do colegiado do curso;
- IV. zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso firmado com a SESu.

CAPÍTULO X - DO PROFESSOR TUTOR

Art. 18º Compete ao professor tutor:

- I. planejar e supervisionar as atividades do grupo e orientar os integrantes discentes do grupo;
- II. coordenar a seleção dos bolsistas e não bolsistas do grupo;
- III. submeter a proposta de trabalho para aprovação do *campus*, do CLAA e da Proen;
- IV. organizar os dados e informações sobre as atividades do grupo para subsidiar a elaboração do relatório pelo CLAA;
- V. reservar carga horária de 8 (oito) horas semanais para orientação dos integrantes discentes do grupo PETi, sem prejuízo das demais atividades docentes previstas em seu *campus*;
- VI. atender, nos prazos estipulados, às demandas da instituição;
- VII. solicitar ao CLAA o seu desligamento ou o de integrantes discentes, por escrito e com justificativa;
- VIII. controlar a frequência e a participação dos discentes integrantes;
- IX. emitir declarações ou certificados de atividades organizadas pelo grupo, quando não houver setor específico para esse fim;
- X. fazer referência à condição de tutor em suas publicações e trabalhos científicos apresentados.

Art. 19º Poderá ser tutor de grupo PETi o docente que atender aos seguintes requisitos:

- I. pertencer ao quadro permanente da instituição, sob contrato em regime de tempo

- integral e dedicação exclusiva;
- II. ter título de doutor;
 - III. não acumular qualquer outro tipo de bolsa;
 - IV. comprovar atuação efetiva em cursos e atividades da graduação por três anos anteriores à solicitação ou à avaliação; e
 - V. comprovar atividades de pesquisa e de extensão por três anos anteriores à solicitação ou à avaliação.

§ 1º Para fins do disposto nos incisos IV e V do caput:

I - a atuação efetiva em cursos e atividades da graduação será aferida a partir de disciplinas oferecidas, orientação de monitoria, iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso, atuação em programas ou projetos de extensão, e participação em conselhos acadêmicos, os quais poderão ser comprovados mediante o currículo lattes documentado do candidato a tutor; e

II - o período de exercício das atividades comprovadas não necessita ser ininterrupto, de tal forma que professores que tenham se afastado da instituição para realizar estágio ou outras atividades de ensino, pesquisa e extensão não estão impedidos de exercer a tutoria.

§ 2º Excepcionalmente a bolsa de tutoria poderá ser concedida a professor com titulação de mestre, desde que devidamente justificado pelo CLAA e aprovado pela Comissão de Avaliação.

§ 3º A participação de um professor tutor em um grupo PETi dar-se-á a partir da aprovação em processo de seleção, garantida a participação de alunos, conduzido pelo órgão à qual o grupo PETi se vincula.

Art. 20º O professor tutor de grupo PETi receberá mensalmente bolsa de tutoria de valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de doutorado.

§ 1º A bolsa do professor tutor com título de mestre será de valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de mestrado;

§ 2º A bolsa de tutoria terá duração de três anos, renovável por igual período.

Art. 21º O tutor de grupo PETi receberá, semestralmente, o valor equivalente a uma bolsa por estudante participante, a ser aplicado integralmente no custeio das atividades do grupo.

§ 1º Por conveniência operacional, o valor de custeio das atividades dos grupos poderá ser pago anualmente em uma única parcela.

§ 2º Na hipótese de aquisição de material didático, será obrigatória sua doação à instituição de ensino superior a qual o grupo PETi está vinculado, ao final das atividades do grupo.

Art. 22º O professor tutor será desligado do PETi nas seguintes situações:

- I. por decisão do CLAA, embasada em resultados insatisfatórios de avaliação, considerando, para tanto, o descumprimento do termo de compromisso e demais dispositivos legais pertinentes ao PETi;
- II. por decisão da Proen, desde que devidamente homologada pelo CLAA;
- III. após o exercício da função de tutor por 6 (seis) anos consecutivos no grupo PETi.

CAPÍTULO XI - DO DISCENTE

Art. 23º Compete aos integrantes discentes (bolsistas/não bolsistas) do PETi:

- I. zelar pela qualidade acadêmica do grupo;
- II. participar de todas as atividades programadas pelo professor tutor;
- III. participar de atividades de ensino, pesquisa e extensão durante a sua permanência no grupo;
- IV. manter um bom desempenho acadêmico no curso.

Art. 24º Poderá ser bolsista de grupo PETi o estudante de graduação que atender aos seguintes requisitos:

- I. estar regularmente matriculado como estudante de curso de graduação;
- II. apresentar bom rendimento acadêmico de acordo com os parâmetros fixados pelo Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) no Suap;

- III. não receber nenhum outro tipo de bolsa e
- IV. ter disponibilidade para dedicar vinte horas semanais às atividades do programa.

Parágrafo único: Cada grupo PETi terá no mínimo 4 (quatro) e no máximo 12 (doze) integrantes discentes.

Art. 25º O integrante discente será desligado do grupo nos seguintes casos:

- I. conclusão, trancamento de matrícula, desistência ou abandono de curso;
- II. rendimento acadêmico insuficiente;
- III. acúmulo de duas reprovações em unidades curriculares após o seu ingresso no PETi;
- IV. descumprimento das obrigações junto à Proen, ou a algum setor do *campus*;
- V. envolvimento em práticas não condizentes com os objetivos do PETi e com o ambiente acadêmico.

CAPÍTULO XII - DA AVALIAÇÃO DOS GRUPOS PETi E DOS TUTORES

Art. 26º A avaliação dos grupos PETi pelo CLAA será realizada considerando os seguintes aspectos, condições e procedimentos:

- I. relatório anual do grupo;
- II. sucesso acadêmico do grupo;
- III. participação dos estudantes do grupo em atividades, projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do PETi;
- IV. desenvolvimento de inovação e práticas educativas no âmbito da formação em nível de graduação;
- V. alinhamento das atividades do grupo ao PPI e com as políticas e ações para redução da evasão e insucesso na formação acadêmica dos estudantes;
- VI. publicações e participações em eventos acadêmicos e científicos de professores tutores e estudantes bolsistas/não bolsistas;
- VII. relatórios de autoavaliação de estudantes e tutores; e
- VIII. visitas *in loco*, quando necessário.

Parágrafo único. Um grupo PETi poderá ser extinto quando a avaliação realizada pelo CLAA for insatisfatória.

Art. 27º A avaliação dos professores tutores pelo CLAA será realizada considerando os seguintes aspectos, condições e procedimentos:

- I. cumprimento das atividades inerentes a sua função;
- II. contribuição para a inovação e o desenvolvimento da formação dos estudantes em nível de graduação;
- III. publicações e produções científicas;
- IV. unidades curriculares ministradas em cursos de graduação;
- V. orientação de trabalhos acadêmicos;
- VI. participação em projetos ou programas de ensino, pesquisa e extensão;
- VII. participação em conselhos acadêmicos;
- VIII. material didático produzido e publicado acerca das atividades desenvolvidas pelo grupo;
- IX. relação entre as ações planejadas e efetivamente desenvolvidas pelo grupo.

CAPÍTULO XIII - DOS PROCESSOS SELETIVOS

Art. 28º Os processos seletivos no âmbito do PETi ocorrerão para o atendimento das seguintes situações:

- I. seleção de novos grupos: de responsabilidade da Proen, com editais próprios, anualmente, no início de cada ano letivo, para estudantes bolsistas/não bolsistas;
- II. seleção de tutores: de responsabilidade da Diren/Den e/ou Cogen, do *campus*, com editais próprios;
- III. seleção de estudantes: de responsabilidade da Diren/Den e/ou Cogen, do *campus*, com editais próprios e com o apoio de tutores.

Art. 29º São aspectos, condições e procedimentos para a realização do processo seletivo de novos grupos PETi:

- I. ter edital específico, elaborado e publicado pela Proen, condicionado à participação

- e à anuência do CLAA;
- II. a avaliação dos projetos submetidos será realizada pelo CLAA, que informará à Proen uma listagem de classificação a partir de critérios previstos em edital específico;
- III. os projetos de novos grupos serão avaliados de acordo com os seguintes parâmetros:
- a) envolvimento e comprometimento do *campus* com o desenvolvimento da proposta submetida e fornecimento de infraestrutura;
 - b) contribuição para a elevação da qualidade da formação dos estudantes de graduação;
 - c) avanços na área de ensino, pesquisa e extensão para os estudantes e docentes envolvidos;
 - d) impactos positivos das atividades de extensão na sociedade;
 - e) articulação da proposta com o PPC;
 - f) contribuição para a aproximação dos currículos dos respectivos cursos com o desenvolvimento científico, cultural, artístico e tecnológico;
 - g) experimentação de alternativas metodológicas de ensino;
 - h) descoberta de novos objetos / vertentes de investigação;
 - i) desenvolvimento de atitudes proativas diante dos desafios e limites da realidade científica e tecnológica;
 - j) contribuição para a diminuição das taxas de evasão e ações voltadas para a política da diversidade, por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero;
 - k) adequação do currículo do tutor à proposta.
- IV. a Proen será responsável por homologar e divulgar o resultado do processo seletivo.

Art. 30º São aspectos, condições e procedimentos do edital próprio de processo seletivo de tutor:

- a) o edital próprio do processo de seleção do tutor deverá ser publicado e divulgado oficialmente no âmbito do(s) respectivo(s) curso(s) de graduação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da sua realização;
- b) o processo de seleção para tutor deverá ser coordenado pelo *campus* com a

participação do CLAA;

- c) a Comissão de Seleção será composta por três membros: um do CLAA e dois indicados pelo(s) colegiado(s) do(s) curso(s);
- d) para grupos que envolvam mais de 1 (um) curso, sugere-se a participação de representantes de todos os cursos;
- e) o resultado do processo seletivo será encaminhado ao CLAA;
- f) no processo de seleção para preenchimento da vaga de tutor, caso não haja candidatos inscritos após a publicação do edital, um novo edital deverá ser publicado em no máximo 30 (trinta) dias letivos;
- g) não havendo novamente candidatos inscritos, o grupo será extinto e será aberto processo seletivo para criação de novo grupo PETi.

Parágrafo único. O exercício da tutoria terá duração de 3 (três) anos, renovável por igual período, conforme avaliação e aprovação pelo CLAA.

Art. 31º São aspectos, condições e procedimentos do edital próprio de processo seletivo de estudantes:

- a) ser publicado e divulgado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da sua realização, incluindo informações básicas como cronograma, local, horário, critérios e procedimentos de seleção;
- b) poderão se inscrever para o ingresso no PETi, estudantes matriculados a partir do 2º período;
- c) quanto ao número de reprovações, sugere-se que o estudante tenha, no máximo, uma nos dois últimos semestres letivos;
- d) a entrevista dos candidatos é um instrumento que poderá ser usado no processo seletivo;
- e) o processo seletivo deverá ser realizado por uma Comissão de Seleção composta por, no mínimo, 2 (dois) professores (tutor e professor convidado) e 1 (um) estudante do grupo, sob a presidência do tutor (para grupos novos, poderão participar tutores e discentes de outros grupos);
- f) o processo seletivo deverá ser relatado pela Comissão de Seleção por meio de documentos como a ata de seleção, nos quais deverão constar os nomes e a classificação dos candidatos aprovados, incluindo lista de espera, quando for o caso.

CAPÍTULO XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33º Este regulamento entrará em vigor na data de sua homologação e publicação pelo Consup.

Art. 34º Os casos omissos serão dirimidos conjuntamente pelo CLLA com a anuência da Proen.

Documento Digitalizado Público

Regulamento do Programa de Educação Tutorial Institucional do Ifap

Assunto: Regulamento do Programa de Educação Tutorial Institucional do Ifap
Assinado por: Cristina Coutinho
Tipo do Documento: Minuta
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Cristina Coutinho de Oliveira, PRO-REITOR - CD0002 - PROEN**, em 24/05/2024 18:29:49.

Este documento foi armazenado no SUAP em 24/05/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 102897
Código de Autenticação: 543c25eeb9

